



Rio de Janeiro e Belém na Disputa pela Família Real: Uma Leitura Crítica da Narração da História da Família Real no Brasil pelo “Jornal Hoje” e Algumas Aplicações na História e no Turismo Ecológico¹

Marcello Monteiro GABBAY²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O presente trabalho pretende observar construções atuais de narrativas hegemônicas sobre uma história hierarquizada do Brasil e da cultura nacional num texto jornalístico, e algumas de suas aplicações nos discursos do turismo ecológico, tomando como recurso normas e padrões de produção-circulação-consumo de produtos midiáticos, em especial o uso ideológico do discurso direto no texto jornalístico. Para tanto, revisamos os conceitos que norteiam a Análise de Discursos na mídia e fazemos uma leitura crítica de uma matéria veiculada em TV e internet sobre a chegada da família real portuguesa ao Brasil colônia.

Palavras-chave: Análise de discursos; Belém; História do Brasil; Rio de Janeiro; Turismo ecológico.

I – Pressupostos e Metodologias da Análise de Discurso nos Textos Midiáticos.

O professor Milton Pinto apresenta um vasto trabalho sobre a análise de discursos (PINTO, 2002, 2007, 2005, 2001) e será utilizado, neste estudo, como norte teórico para nosso olhar crítico sobre o objeto de análise. Desta forma, seguimos a orientação de que a análise de discursos deve identificar as “operações de enunciação”, que são os modos como o enunciador propõe ao receptor ou coenunciador determinadas lógicas significativas ou pragmáticas (pressupostos e pré-determinados), que devem ser recriadas no momento da leitura (PINTO, 2002, p. 66; 80), as quais são classificadas em: “modos de dizer” (se perguntar como e por que se diz), “modos de mostrar” (uso referencial da linguagem), “modos de interagir” (construção de identidades e relações sociais no processo comunicacional, estabelecendo um jogo de poder e cooptação entre enunciacão e receptor) e “modos de seduzir” (“busca de consenso” através da linguagem e da semiótica, atribuindo valores positivos e/ou negativos à pessoas, coisas e fatos); e, principalmente, deve ser trabalhada a partir da contextualização dos textos nos

¹ Trabalho apresentado no GT – Teorias da Comunicação, do Inovcom, evento componente do VII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte.

² Mestrando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da ECO/UFRJ – LECC. Bolsista apoiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. E-mail: marcellogabbay@uol.com.br.



universos “situacional imediato”, “institucional” e “sociocultural amplo” em que foram construídos, de forma que “todo processo de produção-circulação-consumo dos sentidos de um texto” passa pelo que Pinto chama de “semiose social”, constituída pelos aspectos ideológicos – pressupostos de verdade resultantes de uma luta por hegemonia, validados através da incorporação ao senso comum³ por consenso e dispostos na superfície do texto (PINTO, 2005, p. 39) – e pelos aspectos de poder – produção de sentidos adotados pelo senso comum (PINTO, 2002, p. 44-49). Assim, a contextualização deve evidenciar as marcas ideológicas e de poder deixadas no texto pelas técnicas, rotinas e padrões de produção discursiva próprios de cada processo de comunicação (Idem, p. 53). Cabe ressaltar aqui o conceito de ideologia adotado por autores como Norman Fairclough, onde o termo designa “proposições que geralmente aparecem como pressupostos implícitos nos textos, que contribuem para produzir ou reproduzir relações desiguais de poder, relações de dominação”, para o autor, um princípio metodológico fundamental seria se perguntar se e como cada texto trabalha ideologicamente (2001, p. 14).

Partimos também do conceito bakhtiniano de que todo texto é um construto heterogêneo ou polifônico, tal heterogeneidade por ser “mostrada” através de citações expressas, discursos direto e indireto, dentre outras formas de co-autoria explícita; ou “constitutiva”, onde a múltipla co-autoria está entranhada no texto e dificilmente poderá ser recuperada ou separada a “olho nu”. A construção polifônica faz com que possamos pensar no texto como um discurso dialógico, outro conceito recuperado em Bakhtin (In: PINTO, 2002, p. 27-31). Assim, assumimos que a enunciação ou “ato de produção de um texto” é coletiva e não individual. Pinto classifica como “dispositivos de enunciação” os posicionamentos ideológicos, lugares de fala ou pontos de vista em que se deu a construção do texto ou discurso (2002, p. 32-33). A recepção ou consumo do texto, “o lugar onde se manifestam as relações de saber e poder em jogo”, faz do receptor um “coenunciador”, na medida em que sua posição de leitura compõe também o sentido do texto; e, desta forma, o próprio “dispositivo de enunciação” (PINTO, 2002, p. 36). Para Pinto (Idem, p. 60), “o lugar atribuído ao destinatário ou coenunciador é também determinante ideológico de um texto”, ou seja, a forma como o leitor é

³ Segundo Milton Pinto, o “senso comum” é entendido como “um repertório de frases feitas sobre todas as áreas de conhecimento, obtidas a partir de um já dito em textos anteriores que se tornou hegemônico, ou por meio de generalizações ingênuas que utilizaram amplamente sinédoques e antonomásias. Na maioria das vezes estas frases feitas são invocadas independentemente dos contextos sociais onde surgiram, constituindo parte do ideológico do texto” (PINTO, 2003: 4).



posicionado na narrativa da história, ou ainda, a forma como este se vê nela representado orienta uma determinada leitura preferencial (HALL, 2003, p. 397). Destacamos ainda a idéia de “ordem de discursos” ou “interdiscursos”, conceito foucaultiano (FOUCAULT, 1996) ampliado por Fairclough, que diz respeito ao repertório de gêneros de discursos produzidos no ceio de uma determinado grupo ou “comunidade discursiva” e ao processo de produção de textos em cadeia, que leva a substituição de um texto pela produção de um outro a partir do anterior (Idem, p. 56-58).

Neste sentido, a análise de discursos deve procurar identificar no texto os “significados implícitos”, baseados na expectativa de recuperação pelo leitor através do senso comum. Os implícitos podem ser recuperados automaticamente (as pressuposições e pré-construídos) ou necessitar da mobilização de “elementos contextuais” (os subentendidos). No primeiro caso, as pressuposições contidas no texto são geralmente recuperadas através de “gatilhos”, ou seja, determinadas marcas dispostas na superfície do texto que acionam percepção do leitor; no caso dos subentendidos, a recuperação se dá através de vínculos estabelecidos com receptor através de regras culturais gerais, as “leis do discurso” (PINTO, 2005, p. 32-35). No entanto, a conquista da hegemonia, para Pinto, está localizada principalmente na enunciação e não ao enunciado, ou seja, no processo de produção-circulação-consumo dos discursos (PINTO, 2001, p. 10).

II – Contextualizando: narrativas em transformação no ensino da história e na abordagem do turismo ecológico no Brasil.

Para começo de conversa, sabemos que a história brasileira é marcada pela colonização territorial e cultural, tal processo levou a formação do que Darcy Ribeiro denomina “ilhas-Brasil”, ou seja, a co-existência de diversos brasis calcados em determinadas matrizes culturais e suas diferentes modulações, aglutinadas ao longo da história através do tripé composto por uma identidade étnica “protobrasileira” (uma “matriz cultural” flexível e não mais exclusivamente indígena, mas composta de referências diversas e híbridas), uma estrutura sócio-econômica colonial e mercantil, e uma “nova tecnologia produtiva” relacionada a modelos e artigos importados. Durante quase quatro séculos a escravidão e a condição de colônia exportadora implantaram no Brasil uma noção de posição cultural subalterna em relação aos padrões e modelos europeus, fortemente aplicados a vida das elites e poderes locais.



Os primeiros europeus que vieram para a Amazônia, já 116 anos após a chegada de Cabral na Bahia, caracterizavam-se pelo pensamento “despótico e brutal” (SALLES, 1980, p. 24), tinham outra postura em relação ao nativo e à exploração das riquezas naturais da região. A busca pelo Eldorado e pela expansão territorial foi fator determinante para os embates violentos com os índios que aqui habitavam. Com a chegada dos jesuítas, houve um forte processo de imposição de um modelo de educação, língua, organização social e crenças do europeu; o trabalho indígena foi sistematizado na caça, pesca e agricultura extrativista, com objetivo de instituir uma economia de exportação para os colonizadores europeus. Entre as principais estratégias de deculturação do índio, os missionários introduziram a Língua Geral da Amazônia e promoveram a catequização e sincretização de cultos cristãos com o cotidiano do nativo. A morada também foi reorganizada segundo modelo europeu, substituindo as antigas tribos por aldeias, vilas e cidades. Este processo ficaria a cargo dos jesuítas até sua expulsão em 1759 (SALLES, 1980, p. 29-40).

O Rio de Janeiro, por outro lado, cumpria a função de sede da colônia desde 1763 quando o Marquês de Pombal deixou Salvador motivado pela exploração de jazidas de ouro na região de Minas Gerais, o que tornou o porto do Rio de Janeiro o principal exportador do minério nacional. Segundo Darcy Ribeiro, dentre as principais atividades destinadas às cidades costeiras, como o Rio de Janeiro e Belém, estavam a cobrança de taxas e impostos, concessão de terras, tramitação de bens, assistência médica e duas destacáveis pela sua relevância na formação sociocultural das burguesias locais: a assistência religiosa relacionada ao ensino primário e sacerdotal; e as atividades de importação e contrabando de manufaturas e escravos, e exportação de produtos extrativistas, como açúcar, minérios, especiarias e mais tarde a borracha. Desde então estas cidades tiveram sua arquitetura urbanística marcada pelas edificações imponentes, como igrejas, conventos e fortalezas, que abrigavam as classes altas compostas de funcionários, militares e sacerdotes, os dois últimos, homens de negócios e educadores; abaixo desta escala social, estava uma camada miserável de brancos e mestiços livres, além dos escravos, e acima, os senhores rurais (RIBEIRO, 2006, p. 178-179). A consolidação da cultura européia se deu no Rio de Janeiro com a sua nomeação a capital do Reino de Portugal e dos Algarves, entre 1808 e 1821, passando a capital do Império do Brasil independente em 1822, e capital da República depois da independência até 1960; e em Belém a partir da *belle époque*, quando a burguesia enriqueceu com a exportação de borracha e investiu na importação de produtos e



modelos de cultura européia. Segundo Vicente Salles, Belém, “na época era talvez a cidade brasileira onde mais se notava a segregação social e de raça”. A imprensa da época colaborava com a manutenção do *status quo* burguês e a proliferação dos interesses comerciais das classes dominantes (SALLES, 1980, p. 398-399).

Milton Pinto sublinha o caráter micropolítico do poder, baseado na obra de Michel Foucault; o autor fala de microtécnicas de poder desenvolvidas “com base nos conhecimentos gerados, por exemplo, pelas ciências humanas e sociais” (2001, p. 4). Dentro desta área, destacamos aqui duas correntes em especial: o ensino da história brasileira nas escolas primárias e secundárias, por sua função naturalizadora de determinadas construções sociais hegemônicas ao longo dos tempos; e o turismo ecológico pela apropriação mercadológica que vem fazendo dos mesmos discursos exotizantes construídos pela história tradicionalista do Brasil.

Diversos pesquisadores da área pedagógica empenham-se em avaliar e propor alternativas a um sistema educacional calcado na imposição de uma cultura etnocêntrica européia, que se consolidou ao longo da história cultural do país, e que considerava a diversidade como obstáculo à construção de uma “identidade nacional” (CANEN e XAVIER, 2000, p. 64). O ensino da história do Brasil, de fato, colaborou durante muitos anos para a construção de uma “visão meramente folclórica ou exótica acerca da pluralidade cultural” e, mais adiante, a proposição equivocada de valores de “tolerância” e “apreciação” da diversidade cultural”, responsáveis pela construção de estereótipos culturais, contra os quais atua uma proposta pedagógica multicultural que visa a “conscientização crítica acerca do binômio pluralidade cultural e poder” (CANEN, 2000, p. 138). Para Canen, certas práticas pedagógicas enraizadas no cotidiano das escolas brasileiras, durante muito tempo, pautaram-se na reprodução de “narrativas mestras” sobre uma “identidade nacional” única, centralizada num “imperativo moral” consensualmente aceito no currículo formal” das escolas do Brasil (2000, p. 138-141). Ainda hoje, a noção de “indígena” ou “imigrantes” são exemplos de uma narrativa homogeneizante presente nas cadeiras de História das escolas de ensino médio (Idem, p. 144). Tais concepções histórico-narrativas acerca de uma cultura nacional homogênea, somadas às construções exotizadas das culturas e formas de vida não urbanas vêm pautando grande parte da abordagem turística no Brasil, especialmente quando se enquadra sob o título de turismo ecológico ou ecoturismo, onde os territórios mais valorizados pelo mercado turístico apresentam certo apelo a contemplação de um passado histórico (patrimônio) preservado seja através da natureza intocada ou de



práticas culturais engessadas e folclorizadas, de qualquer forma, apresentadas como “outras”, deslocadas de um “centro”, portanto periféricas, exóticas ao senso comum cotidiano. Diegues (2004, p. 30) destaca as correntes ecológicas preservacionistas, surgidas a partir de segunda metade do século XIX, como principais responsáveis pela apreciação estética do mundo natural não urbano, classificado como selvagem (*wilderness*), especialmente nas correntes norte-americanas; o turismo ecológico, inspirado na era dos grandes parques naturais intocados, serve ao uso contemplativo do homem urbano, para qual a natureza representa “aventura” e contemplação estética (Idem, p. 68). Mais recentemente, após a Eco 92, o termo sustentabilidade foi amplamente aplicado a atividades de mercado (inclusive no turismo, gerando a denominação de turismo sustentável) a fim de imprimir uma conotação mais positiva, associando o desenvolvimento econômico à conservação e auto-regulação social de recursos naturais, o que, para Moreira (2004, p. 200) é mera utopia, uma vez que mantém obscuras questões como a propriedade privada e “a busca da lucratividade”, próprios da lógica capitalista vigente, configurando assim o que o autor classifica como “a construção de um capitalismo ecológico” (Idem, p. 196). Por outro lado, Bauman (1998, p. 114) atribui à figura do turista a vontade de não pertencimento e não identificação com o lugar, o tempo e a cultura visitadas, relacionadas à construção das sensações de mobilidade, liberdade e autonomia, típicas da ordem social contemporânea reduzida, por muitos, ao termo “pós-modernidade”; o tempo do turista para Bauman é episódico, ou seja, não se compromete com a dinâmica da história, “é um evento fechado em torno de si mesmo” (1998, p. 116).

Portanto, as construções narrativas da história brasileira estão intimamente relacionadas com a abordagem do turismo ecológico ou sustentável praticado especialmente nas regiões Amazônia e Nordeste, onde as condições de pobreza e diferenças social e cultural apresentam forte acentuação. Isso se explica pelo fato de tais narrativas históricas e turísticas relacionarem-se com o jogo das lutas sociais e de produção de significação cultural, onde o passado narrado das instituições de poder pode atuar na imposição de valores benéficos ou malignos a determinadas propriedades da história (BOURDIEU, 2007, p. 79). Bourdieu (2007, p. 82-83) distingue dois estados da história: o estado objetivado – história acumulada nas coisas, máquinas, edificações, costumes, teorias – e o estado incorporado – história tornada *habitus* (formas de combinação de capital social, cultural e econômico que atuam como premissa e consequência das posições de classe e distinção social) apropriada ou atualizada à



realidade, “história feita corpo”. Para o autor, a herança histórica é um capital social que, através da sua normalização, legitima valores e padrões culturais hegemônicos (2007, p. 100-101), de forma que a história em estado incorporado ou reificado atua na reprodução das estruturas e hierarquias sociais, assim como a própria luta pela dominação; enquanto que a história em estado objetivado (ou coisificado, patrimonializado) serve como memória, contemplação do “outro” distanciada pelo tempo e espaço, observável nas práticas do turismo ecológico. Bourdieu define, assim, o sistema de dominação como uma “orquestração sem maestro”, ou seja, uma submissão tornada voluntária através do consenso instaurado “como por fora e para além dos agentes” (2007, p. 84-87).

Assim, seria interessante considerar o olhar genealógico da história de Foucault como forma de pensar a sociedade, ou seja, a análise da “proveniência” dos acontecimentos heterogêneos, perdidos, ao invés da busca pela origem metafísica (FOUCAULT, 2006, p. 17-21), colocando em questão a idéia de origem, autenticidade ou verdade históricas – relacionadas a verdade do discurso hegemônico; tal olhar, para Foucault, deve ser capaz de enxergar além da unidade absoluta construída pelo sentido histórico metafísico (2006, p. 27), e levar à idéia de uma “história efetiva”, distinta daquela tradicionalmente forjada pelos historiadores e patrimonialistas – a supra-história platônica, totalitária, ou a história monumental de caráter paródico e a “história –antiquário” em busca das raízes de uma identidade, estas duas últimas categorias classificadas por Nietzsche (*in*: FOUCAULT, 2006, p. 34-35) – pelo fato de não se prender ao “jogo consolante dos reconhecimentos”, mas se dar sobre o reconhecimento do descontínuo, inconstante, “o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (FOUCAULT, 2006, p. 29). E, principalmente, Foucault reconhece que a história e sua narrativa são perspectivas, ou seja, olhar de um determinado ângulo, lugar e tempo, um ponto de vista próprio que determina a forma como a história é forjada socialmente (Idem, p. 30).

III – “Belém, Capital das Especiarias”: uma amostra dos usos e edição do discurso direto de forma ideológica.

A partir do dia 26 de novembro de 2007, a Rede Globo passou a exibir uma série de reportagens especiais sobre os duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil. O projeto envolveu as filiais da emissora para produção de matérias em



idades envolvidas na história que seria contada. O teor pedagógico da série é observado na própria forma como foi idealizada, recriando em formato telejornalístico a trajetória da família real desde a saída de Portugal em novembro de 1806 até a chegada no Rio de Janeiro em março de 1807. Ao mesmo tempo, é possível observar um caráter de atrativo turístico aplicado à narrativa das matérias que, ao “revelarem” recantos curiosos do país (distantes dos grandes centros), convidam o telespectador à aventura turística, ao conhecimento do “outro”, do diferente. As reportagens são exibidas em telejornais da TV Globo e do canal a cabo Globo News, da mesma rede; e são publicadas em seguida no *website* da Globo, na página do Jornal Hoje – exibido pela TV aberta de segunda a sábado das 13h15 às 13h45 – em uma versão reeditada do texto, acompanhada do vídeo original. Na terça-feira, 27 de novembro de 2007, a reportagem exibida no Jornal Hoje propunha abordar a representatividade da cidade de Belém, no Pará, na história da família real portuguesa. Apesar de não ter recebido a Corte, Belém estaria na rota dos portugueses por conta de sua importância econômica e posição estratégica às margens da Baía de Guajará, com acesso ao Oceano Atlântico, o que mantinha a importância do porto de Belém no comércio exterior desde então. “Capital das especiarias” foi o título concedido à matéria em seu formato-texto publicado na internet.

O primeiro aspecto que percebemos e que vamos focar neste trabalho é justamente o processo de reedição do texto jornalístico, quando transportado do formato em vídeo para o impresso. Sutis recortes de edição são aplicados, especialmente quando há uso do discurso direto (fala de entrevistados e fontes), no intuito de alinhar as informações coletadas com as fontes ao texto produzido pelo jornal. Cabe ressaltar aqui que a prática de produção de textos jornalísticos em redações tem, ultimamente, acentuado o aspecto polifônico bakhtiniano, uma vez que, graças a convergência multimídia, onde redações de jornal, TV, rádio e internet atuam em conexão constante, o fluxo de informações é acelerado e a produção de textos é realizada por várias mãos. Muitas vezes, um texto enviado pelo jornalista para avaliação do editor é de imediato apropriado pela editoria de um outro veículo da rede e publicado antes mesmo que o primeiro jornalista que o redigiu obtenha resposta de seu editor.

Mesmo assim, o texto jornalístico, quando e onde quer que seja publicado, trás uma intenção de atribuir-se um caráter referencial de verdade. Milton Pinto dedica um capítulo de *Comunicação e discurso* às “virtudes explicativas da narrativa midiática”, procurando identificar tal intenção na produção de textos da mídia, em especial, na



prática jornalística. Apoiando-se na obra de Jean-François Lyotard, Pinto observa que a narrativa é, em si, apenas uma versão de um determinado fato (re)construído sob a regência de normas e convenções institucionais ou “ordem de discursos” (como as normas da escrita jornalística, televisiva, radiofônica, ou mesmo informal), que, no entanto, pretende-se tornar referência da verdade, da história. Afirma o autor: “a narração é um dispositivo instrumental de distribuição de afetos a serviço da sedução e cooptação” (2002, p. 88-89). No caso da imprensa, observa Pinto, o “discurso da notícia” é construído com caráter essencialmente narrativo, apresentando marcas de conversação (Idem, p. 97; FAIRCLOUGH, 2001, p. 13). Assim, o capital social adquirido com a herança histórica, conforme acreditava Bourdieu, aliado ao capital sociocultural construído a partir do domínio de uma maior quantidade de gêneros de discursos nos processos de produção e consumo de textos (PINTO, p. 2002: 54) são determinantes na disputa por naturalização de pontos de vista particulares ou hegemônicos no processo de construção e desconstrução dos discursos (Idem, p. 40).

A abordagem da matéria abrange os planos mal sucedidos da então capital da Província do Grão-Pará em tornar-se sede da coroa portuguesa, oferecendo como consolo simbólico o título de “capital das especiarias”, relacionado à implantação de espécies exóticas das colônias portuguesas da Ásia e da África. Neste sentido, o texto é marcado por pressupostos histórico-culturais construídos e sedimentados no senso comum através do recorrente discurso tradicionalista no ensino da história do Brasil, seja nas escolas ou nos diversos aparelhos de mediação sociocultural, como a família, igreja e a mídia; o “jogo consolante dos reconhecimentos” da supra-história condenada por Foucault é claramente articulado aqui. No primeiro parágrafo da matéria, o texto estabelece uma conexão hierarquizada entre as cidades do Rio de Janeiro e Belém, o que, dentro do conceito de “operações de enunciação” que referimos no início deste trabalho, corresponde à “modalidade representativa” (PINTO, 2002, p. 80-81), onde o enunciador estabelece uma relação categorizada, no caso, entre as duas cidades. Nota-se que a oração adjetiva “numa viagem que mudaria completamente o rumo da nossa história” atribui alto valor ao fato narrado, que era a mudança da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e não para Belém. Quando afirma, “Belém do Pará virou mesmo a capital das especiarias”, o enunciador atribui classificações e categorias às duas cidades. A palavra *mesmo* designa uma conclusão negativa à intenção de Belém tornar-se a sede do reino, podendo ser substituída por *na verdade* ou *realmente*. No parágrafo seguinte, a comparação entre Belém e Lisboa pautada nas características urbanísticas da capital



paraense, acrescenta mais um elemento ao consolo por perder o posto de sede do reino para o Rio (vide anexo).

Mas, como postulamos acima, nosso foco de análise serão os diferentes usos do discurso direto em duas versões da mesma matéria, sendo uma veiculada na televisão, e outra na internet em formato-texto. Como sabemos, o discurso direto é marcadamente um recurso utilizado nos textos noticiosos para desvincular ou descomprometer o jornal com a informação ali exposta. Na matéria em questão, o discurso direto é invocado em dois diferentes momentos: inicialmente, duas figuras ligadas a classes sociais mais altas são citadas com nome, sobrenome e profissão e utilizadas como autoridades especializadas para validar, através de suas falas diretas, as informações contidas na matéria; mais adiante, outras duas figuras, desta vez localizadas nas classes populares baixas, são apresentadas ou apenas pelo primeiro nome ou pela classificação genérica popular de “donas cheirosas”⁴ utilizadas de forma alegórica para confirmar a desinformação do povo paraense em relação a suas próprias origens, atribuindo aos informantes, de forma implícita, qualificações negativas, de desinformação e baixa cultura geral.

O problema continua e se revela mais grave quando comparamos as duas versões da matéria. No formato televisionado, devido a presença inevitável do entrevistado – uma vez que sua fala é enunciada diretamente – as possibilidades de edição são mais restritas, correndo o risco de parecerem manipuladas ou grosseiras, caso sejam feitos cortes demais na fala do entrevistado. Assim, é mais fácil perceber quando a sua fala é induzida pelo repórter, geralmente, através da formulação de perguntas direcionadas, praticamente pré-respondidas; um caso de uso da “modalidade declarativa-representativa, em que o enunciador aparenta fazer representações sujeitas ao veredicto do destinatário, enquanto na realidade pretende garantir-se como detentor único do poder e da verdade” (PINTO, 2002, p. 81). Por outro lado, no formato-texto da matéria, publicado na internet, a ausência direta do entrevistado permite ao enunciador re-ordenar a sua fala, organizando-a e muitas vezes ressignificando-a sem tirá-la das aspas, ou seja, atribuído-a a qualidade de discurso direto intacto. Os recortes são sutis do ponto de vista estilístico ou gramatical e, à primeira leitura, podem parecer neutros,

⁴ As “donas cheirosas” a que se refere a matéria são feirantes geralmente situadas na feira do Ver-o-peso, em Belém, e que fabricam e vendem cosméticos, medicamentos e produtos a base de ervas medicinais, assim como os “preparados”, mandingas populares a base natural.



mas reforçam as posições e hierarquias de fala e leitura estabelecidas no texto, ou seja, determinam locais de fala, “dispositivos de enunciação”.

No depoimento do *chef* de cozinha Paulo Martins, a redução de sua fala atribui a ele a responsabilidade por uma informação infundamentada, enquanto que no vídeo, percebe-se um tom de resposta através da frase “isso é verdade” que introduz sua fala, e que foi retirada no texto publicado no *site*. Nota-se também que a finalização “diz o chef de cozinha Paulo Martins” reforça a responsabilidade atribuída ao entrevistado:

Versão televisionada: No século XX, na década de 70, a imigração japonesa fez do Pará um dos maiores exportadores mundiais da pimenta-do-reino, a mais nobre das especiarias da Índia. “Isso é verdade. O Pará hoje é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil, e o Brasil é o maior produtor de pimenta-do-reino do mundo” (*Chef* de cozinha Paulo Martins).

Versão impressa no *site*: No século XX, na década de 70, a imigração japonesa fez do Pará um dos maiores exportadores mundiais da pimenta do reino, a mais nobre das especiarias da Índia. “O Pará hoje é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil e também do mundo”, diz o chef de cozinha Paulo Martins.

Mais adiante, quando a repórter entrevista dois feirantes do Ver-o-peso, ambos pertencentes a camadas mais populares da cidade, a intenção da matéria é outra. Agora, o enunciador pretende atribuir ao cidadão comum as qualidades negativas de desinformação e aculturação. Na entrevista do feirante Manoel, o recorte feito na edição do texto é mais grave porque elimina todos os vestígios da indução feita pela repórter, deixando a cargo do feirante todo o peso da fala:

Versão televisionada: Para o Manuel, mercador de temperos, a pimenta do reino é tão paraense quanto o tucupi.

- Manoel, talvez você saiba me tirar uma dúvida: de que reino veio essa pimenta?
- “Não sei, não sei te explicar”
- Agora, ela nasce aqui, é da terra?
- “É, ela é da terra, ela é da terra”.

Versão impressa no *site*: Para Manuel, mercador de temperos, a pimenta do reino é tão paraense quanto o tucupi. “Não sei de onde veio a pimenta, mas agora ela nasce aqui. É da terra nativa”, diz.

Por fim, a entrevista de uma das “donas cheirosas” utiliza mesmo recurso de edição, desta vez, para demonstrar a credence popular em tom alegórico e de inocência. Ao final do depoimento da entrevistada anônima, no formato-texto, o enunciador carimba a fala com o atestado de inocência na palavra “garante”. A denominação



“donas cheirosas” é uma metáfora naturalizada popularmente, mas apropriada pela matéria num uso substitutivo do nome, como uma forma de hierarquização em relação aos outros informantes da mesma matéria, conforme comentamos acima. Para Fairclough (2001, p. 241), as metáforas são uma forma particular de narrar ou construir (alegoricamente) uma realidade, e sua naturalização como forma de significação tem também um caráter ideológico grave:

Versão televisionada: Para as “donas cheirosas”, como são chamadas as vendedoras de ervas, feitiços e cheiros, a alfavaca e o manjerição – nativos do Mediterrâneo e da Índia – são tão brasileiros quanto o jambú ou o famoso cheiro do Pará, que tem como base o patchouli indiano.

- “Tem pra queda de cabelo, tem pra massagem, xampu... tem o condicionador também”
- Como é que ainda tem careca aqui?
- “Ah, os careca é porque não sabe onde é que vende exatamente. Mas os que conhecem o Ver-o-peso vêm comprar e ficam logo cabeludinho”.

Versão impressa no *site*: Para as “donas cheirosas”, como são chamadas as vendedoras de ervas, feitiços e cheiros, a alfavaca e o manjerição – nativos do Mediterrâneo e da Índia – são tão brasileiros quanto o jambu ou o famoso cheiro do Pará, que tem como base o patchouli indiano. “Tem pra queda de cabelo, tem pra massagem, xampu”, conta uma vendedora. “Careca aqui no Pará, só porque não sabem onde é que vende exatamente. Mas os que já conhecem Ver-o-peso vêm comprar e ficam logo cabeludinhos”, garante.

O caráter alegórico atribuído a fala dos entrevistados populares estabelece e fortalece distinções hierárquicas de classe através da história considerada oficial, além de fortalecer uma construção sociocultural sobre o caráter exótico e distante do homem e da cultura paraense (uma amostra da categoria mais geral que é a cultura amazônica). Mas vale ressaltar também que este recurso discursivo tem relação com as tensões que afetam a linguagem midiática, segundo Fairclough: a primeira, é aquela que confunde informação e entretenimento, este aspecto já era encontrado em outros microcosmos sociais, como a escola e, segundo o autor, passa a um nível geral da sociedade; a segunda tensão diz respeito à confusão entre público e privado, neste caso, Fairclough propõe analisar toda linguagem midiática como *discurso*, aplicando aí o suporte teórico da análise lingüística. De fato, o autor parte do contexto britânico – onde, durante décadas o sistema midiático era público e de caráter formal e educativo (a *British Broadcasting Corporation* – BBC) – para criticar a recente passagem da natureza pública à privada de consumo que, para o autor, prejudica o caráter de esfera pública e arena de debates sérios (no sentido habermasiano), mesmo assim, ambas as tensões propostas por Fairclough vêm se agravando nos países onde a mídia já nasceu sob



modelo norte-americano pautado no consumo e no entretenimento, como o Brasil. Os indicativos destas duas tensões são as tendências à conversacionalização e marketização da linguagem midiática, o que torna as pessoas mais espectadoras do que participantes críticos dos discursos e, assim, mais sujeitas a cooptação ideológica (2001, p. 10-13).

O que propomos segue a ordem da difusão de uma leitura, desconfiança ou consumo crítico dos discursos e textos midiáticos como uma prática corriqueira (PAIVA, 2007, p. 145; PINTO, 2002, p. 99), e isto inclui as formas de narração da história e da cultura nacional na mídia e em suas apropriações no mercado turístico. Apoiado no filósofo italiano Antonio Gramsci, Coutinho propõe que a “organização da cultura” contra-hegemônica se dê através da superação dialética do senso comum, “negando-se a sua compreensão mistificada da realidade, mas conservando-se os seus estados criadores, críticos e progressistas” (2005, p. 97). Por outro lado, é preciso que os grupos dominados e a sociedade como um todo assumam uma postura de “efetiva interferência na alteração de posturas sociais”. Amparada no filósofo americano Richard Rorty, Raquel Paiva propõe dois movimentos rumo a ação contra-hegemônica: a “capacidade de recontar as histórias em que os indivíduos estão inseridos, de maneira que eles possam se perceber como participantes na construção da história coletiva”; e a mudança da forma como a história e as pessoas são normalmente descritas, alterando vocabulários, recursos discursivos e “até mesmo criando novas expressões” (PAIVA, 2007, p. 141). Estes são caminhos possíveis para uma relação crítica com a mídia e, futuramente, a tomada de ação para a construção de canais e veículos contra-hegemônicos.

IV – Anexo: texto da matéria “Capital das especiarias”, mais ou menos como foi formatado no *site* do Jornal Hoje.

Terça-Feira , 27 de Novembro de 2007

Capital das especiarias

Sandra Moreyra

Há 200 anos, a corte portuguesa embarcava em direção ao Brasil, numa viagem que mudaria completamente o rumo da nossa história: a família real foi para o Rio de Janeiro. Mas na região norte, outra cidade se preparou para ser a capital do reino: Belém do Pará virou a capital das especiarias.



A cidade que nasceu à beira de um rio que deságua adiante no oceano guarda até hoje uma enorme semelhança com Lisboa – nas calçadas de pedra das ruas, na fachada das igrejas, nas fortificações e no casario.

A antiga capital da província do Grão Pará e Rio Negro chegou a estar nos planos dos portugueses para se tornar sede da coroa, ainda no século XVIII. Para isso, o governador- geral fez o primeiro jardim de aclimação de espécies da América portuguesa – o que seria o pai do Jardim Botânico.

O comércio fluvial entre o norte do Brasil e a América espanhola foi um incentivador. Pelo porto de Belém entravam espécies exóticas, partiam madeiras nobres, frutos ervas e sementes da Amazônia.

“Neste primeiro jardim botânico, eles tinham cerca de 2.500 espécies. Em número de plantas, eram mais de 6.000. O jardim tinha muita coisa ornamental”, afirma a botânica Elisabeth Van Den Berg, do Museu Goeldi.

Belém não virou capital do reino. O sonho de criar no norte do Brasil um centro produtor de especiarias não se realizaria nos tempos da colônia, mas o destino parecia traçado.

No século XX, na década de 70, a imigração japonesa fez do Pará um dos maiores exportadores mundiais da pimenta do reino, a mais nobre das especiarias da Índia. “O Pará hoje é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil e também do mundo”, diz o chef de cozinha Paulo Martins.

Esse convívio com ervas, especiarias e frutos indianos influenciou de tal modo a alimentação que muitos paraenses já não diferem espécies nativas das vindas de fora; tudo vira tempero da comida do dia a dia.

As ervas, raízes e especiarias nativas ou aclimatadas são vendidas todos os dias no mercado Ver-O-Peso. Elas são usadas como alimento, como tempero e, principalmente, como ervas medicinais.

Para Manuel, mercador de temperos, a pimenta do reino é tão paraense quanto o tucupi. “Não sei de onde veio a pimenta, mas agora ela nasce aqui. É da terra nativa”, diz.

Para as “donas cheirosas”, como são chamadas as vendedoras de ervas, feitiços e cheiros, a alfavaca e o manjeriço – nativos do Mediterrâneo e da Índia – são tão brasileiros quanto o jambu ou o famoso cheiro do Pará, que tem como base o patchouli indiano. “Tem pra queda de cabelo, tem pra massagem, xampu”, conta uma vendedora. “Careca aqui no Pará, só porque não sabem onde é que vende exatamente. Mas os que já conhecem Ver-O-Peso vêm comprar e ficam logo cabeludinhos”, garante.

Essa tradição do mercado de rua, da mistura de cores e cheiros a céu aberto, tão comum nos países asiáticos permanece até hoje no Ver-O-Peso: é filha da aclimação de espécies da velha Belém do Grão Pará, mãe de mais uma de nossas misturas tão brasileiras.

V – Referências Bibliográficas.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



CANEN, Ana. Educação Multicultural, Identidade Nacional e Pluralidade Cultural: tensões e implicações curriculares. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 111, n. dez, p. 135-150, 2000.

CANEN, A.; XAVIER, L. N. Multiculturalismo, Memória e História da Educação Brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil Imperial. In: MIGNOT, Ana C. V.; BASTOS, Maria H. C.; CUNHA, Maria T. S.. (orgs.). **Refúgios do Eu**. 1 ed. Florianópolis, SC: Mulheres, 2000, v. 1, p. 63-79.

COUTINHO, Eduardo G. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. Hucitec: São Paulo, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Ed. Escrituras, 2001.

MOREIRA, Roberto J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 194-236, 2004.

MOREYRA, Sandra. Capital das especiarias. **Jornal Hoje**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2007. Disponível em <<http://jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJS0-3076-20071127-311525,00.html>>. Acessado em novembro de 2007.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PINTO, Milton. **Comunicação e discurso**. 2 ed. São Paulo: Hacker, 2002.

PINTO, Milton. Discurso e violência. In: **Semiosfera Especial**, dez. 2003. Disponível em <<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/especial2003/>>. Acessado em agosto de 2007.

PINTO, Milton e DUARTE, Maurício. Discursos implícitos e ideologia: “as ONGs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal”. In: **Discursos: estudos da linguagem como prática social**, vol I, 1, Rio de Janeiro: Nupec/Ufrj, 2005.

PINTO, Milton. Retórica e análise de discursos. In: **Fronteiras: estudos midiáticos**, vol. II, 1, São Leopoldo: Unsinos, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALLES, V. **A música e o tempo no Grão-Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultural, 1980.